

DATA LUTA



BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, setembro de 2015, número 93. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATA LUTA

A luta de ocupação: sua evolução no estado da Paraíba

ARTIGOS DO MÊS

I - Resistência e subordinação nos processos de Contrarreforma Agrária de Mercado em Presidente Prudente/SP

II - Mercados institucionais como alternativa para o fortalecimento dos mercados locais de alimentos: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Tupi Paulista/SP

www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php

EVENTOS

XXI Congresso Colombiano de Geografia

UNIVERSIDAD DEL VALLE/Cali – Colombia, 07 a 10 de outubro de 2015.

XI Encontro Nacional da ANPEGE – ENANPEGE

UNESP/Presidente Prudente – São Paulo, 09 a 12 de outubro de 2015.

PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



Corumbiara, caso enterrado.
Autor: João Peres.

“Esta história começa com uma certeza. E termina com muitas dúvidas.” A frase que abre o livro é um convite ao leitor para deixar para trás preconceitos e verdades absolutas. O livro-reportagem propõe-se a passar a limpo a narrativa sobre o chamado “massacre de Corumbiara”, episódio prestes a completar vinte anos, ainda com muitas dúvidas e questões em aberto.



Los Sin Tierra.
Direção: Miguel Barros.

Documentário narra o nascimento, a trajetória e a luta do MST no Brasil. Apresenta de forma simples e didática os objetivos na luta pela Reforma Agrária e o que já foi conquistado pelo Movimento nos seus 20 anos de luta.

Para ver: https://www.youtube.com/watch?v=5P_SndkWv_M



PodCast Unesp – Pod Territorial.
Autores: Vários

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social. Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br/>.

APOIO

Editoração: Danilo Valentin Pereira (bolsista FAPESP), Pedro Henrique C. de Moraes (bolsista PIBIT) e Lucas Pauli (bolsista FAPESP).
Revisão: Tiago E. A. Cubas (bolsista FAPESP), Leandro N. Ribeiro (bolsista CAPES), Ana L. Teixeira (bolsista FAPESP), Hellen C. C. Garrido (bolsista AUIP/PAEDEX), Helen C. G. M. da Silva (bolsista CNPQ), Lara C. Dalpério (bolsista FAPESP) e Rodrigo S. Camacho.
Coordenação: Janaina F. S. C. Vinha, Eduardo P. Girardi, Juliana G. B. Mota (bolsista FAPESP) e Valmir J. de O. Valério (bolsista CNPQ).

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em www.fct.unesp.br/nera

A LUTA DE OCUPAÇÃO: SUA EVOLUÇÃO NO ESTADO DA PARAÍBA

Emília de Rodat Fernandes Moreira

Professora da UFPB, Coordenadora do Dataluta-PB; Coordenadora do GETC/UFPB
erodat@hotmail.com

Denise de Sousa Ferreira

José Carlos Dantas

Bolsistas do PIBIC/UFPB; Pesquisadores do Dataluta-PB; Membros do GETEC/UFPB
denisednz@hotmail.com
j.c.dantas@hotmail.com

Ivan Targino

Professor da UFPB,
Membro do GETEC/UFPB
ivantargino@bol.com.br

Maria Franco Garcia

Professora da UFPB; Coordenadora do CEGET-UFPB
mmartillo@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente trabalho dá continuidade ao estudo apresentado no VII Congresso Brasileiro de Geografia atualizando-o e ampliando a análise da evolução da luta de ocupação de terra no estado da Paraíba. Ele parte da compreensão de que a questão agrária brasileira em pleno século XXI ainda mantém “inalteradas as suas principais características: o monopólio da propriedade da terra; o predomínio da monocultura para exportação e a intensa exploração do trabalho, fundamentais para garantir a acumulação do capital no espaço agrário brasileiro” (MOREIRA et al. 2011, p.6). Esse processo tem assumido na atualidade formas e dinâmicas diferenciadas que ora vem reforçar as características tradicionais ora vem intensificá-las, adaptando-as às novas exigências da acumulação capitalista “que coloca novos desafios para os sujeitos sociais envolvidos na produção do espaço agrário, com o agravamento das disputas territoriais que aí têm lugar” (MOREIRA et al. 2011, p.6).

A cada investida do capital promovendo novas formas de organização do espaço agrário nacional tem se contraposto, ao longo do tempo, diferentes formas de organização e de enfrentamento da classe trabalhadora que vão desde a luta de resistência ao processo de expulsão (a exemplo da luta dos posseiros e moradores pelo direito de permanecer na terra), até ações de ocupação de terra por trabalhadores sem terra que buscam a instalação de uma ordem não capitalista no campo. Desse processo participam movimentos sociais, organizações trabalhistas tradicionais como sindicatos, cooperativas e organizações não governamentais.

O estudo tomou como referência os dados publicados pela Rede Dataluta. O período de análise abrangido corresponde àquele do início da publicação dos dados pela fonte utilizada (1989) até 2013, data da última informação coletada. Trata-se de um produto das pesquisas realizadas pelo Grupo de Estudo sobre Espaço Trabalho e Campesinato (GETEC/UFPB/CNPQ) no âmbito da Rede Dataluta e pelo Projeto Casadinho/Procad/UFPB/UNESP/USP (2011-2015).

O SENTIDO DA LUTA DE OCUPAÇÃO

A luta de ocupação de terras foi introduzida no Brasil no século XX durante o processo que culminou com o surgimento do Movimento dos Sem Terra (MST). Na verdade, o que se denomina de “luta de ocupação” corresponde a estratégia utilizada inicialmente pelo Movimento dos Agricultores Sem-Terra (Master), do Rio Grande do Sul, de 1960 a 1964, reafirmada e assumida pelo MST como sua principal forma de luta. Ela utiliza a mobilização em massa de trabalhadores sem-terra explicitando “nas próprias ações de luta o que contesta (enquanto prática e enquanto valor), e que sujeitos pretende trazer de volta à cena social em nosso país” (CALDART, 2001, p. 2).

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) não só aderiu à estratégia da ocupação de terras como, através de suas reflexões e das reflexões dos seus intelectuais orgânicos, tem buscado nas suas publicações, discuti-la. Além da CPT, outros movimentos socioterritoriais também passaram a adotar a estratégia de ocupação tais como: o movimento indígena, a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), a CUT, o MTL, o MAB, a Via Campesina, entre outros. Em alguns casos ocupações são realizadas em conjunto por mais de um movimento..

Do ponto de vista conceitual as ocupações, para a CPT, se inserem na categoria de “conflitos por terra” que consistem em “ações coletivas das famílias sem-terra, que por meio da entrada em imóveis rurais, reivindicam terras que não cumprem a função social” (CPT, 2012, p.9). São também entendidas como ocupações “as ações coletivas de indígenas e quilombolas que reconquistam seus territórios, diante da demora do Estado no processo de demarcação das áreas que lhe são asseguradas por direito” (CPT, 2012, p.9).

Para Moreira (2013), a ocupação, quando entendida como conflito pode ter uma percepção mais ampla uma vez que este eclode não apenas em função da reivindicação por terra, mas também para reivindicar o acesso à água. Para Fernandes, a ocupação faz parte:

de um movimento de resistência, na defesa dos interesses dos trabalhadores, visando a produção e reprodução do trabalho familiar, a cooperação, a criação de políticas agrícolas voltadas para o desenvolvimento da agricultura camponesa e a geração de políticas públicas destinadas aos direitos básicos da cidadania. (...) Trata-se de um processo sócio-espacial e político complexo, desenvolvido como forma de resistência do campesinato, embasado sobre um conhecimento construído nas experiências de luta popular contra o poder hegemônico do capital (2002, sp).

Afirma ainda esse autor que a ocupação é uma forma de luta pelo acesso à terra:

é um processo contínuo na história do campesinato brasileiro, desde o princípio de sua formação, como em seu processo de criação e recriação. Nas últimas quatro décadas, os posseiros e os sem-terra são os principais sujeitos dessa luta. Os posseiros – camponeses que, possuindo a terra, não são proprietário dela, o que requer a posse e o domínio, por meio de uma certidão de propriedade conhecida no Brasil como escritura – ocupam terras, predominantemente, nas faixas das frentes de expansão, em áreas de fronteira. Com o avanço da frente pioneira ocorrem os processos de expropriação desses camponeses, desenvolvidos principalmente pela grilagem de terra, por latifundiários e empresários (grileiro é o indivíduo que, através da violência e de meios escusos, apropria-se de terras pertencentes ao poder público ou falsifica títulos de posse). Os sem-terra ocupam terras, predominantemente, em regiões onde o capital já se territorializou. (...) Nesse cenário, a ocupação de latifúndios improdutivos representa uma forma de ressocialização dos

trabalhadores sem-terra, processo importante de recriação do campesinato (FERNANDES, 2012, sp).

Feliciano (2006, p.103) considera a ocupação como um processo “calcado na tradicionalidade e modernidade da luta camponesa”.

A tradicionalidade nos remete a uma categoria camponesa por vezes acometida de violência, expropriação e incompreensão materializada por meio da luta dos posseiros. A modernidade apresenta-se com o acúmulo de experiência camponesa em unir o sentido e significado de ocupação em um componente extremamente político, coerente e ágil, reinventado pela luta dos sem-terra: o acampamento (FELICIANO, 2006, p.103).

Na luta de ocupação não só os pobres do campo excluídos do direito à terra e/ou à água mas também os pobres das periferias urbanas sem acesso ou com acesso precário ao emprego, a bens e serviços, avançam sobre o território do capital representado pela propriedade privada latifundiária monocultora ou pecuarista para, numa disputa desigual, transformar a terra de negócio em terra de reprodução da vida, ou seja em “território de esperança” (MOREIRA, 2011).

EVOLUÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE TERRA NO ESTADO DA PARAÍBA: 1989 – 2013

Na Paraíba, entre 1989 e 2013 foram registradas 204 ocupações de terra, com a participação de 22.774 famílias (aproximadamente 91 mil pessoas). O maior crescimento das ocupações verificou-se, conforme pode ser observado no gráfico 1, durante o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), entre 1995 e 1998 (aumento de 62,5% no interstício de 4 anos). Este período coincide com o da ascensão da luta pela terra no Brasil, reavivada principalmente após os massacres dos trabalhadores sem terra de Corumbiara (Rondônia) em 9 de agosto de 1995 e de Eldorado dos Carajás (Pará) em 17 de abril de 1996.

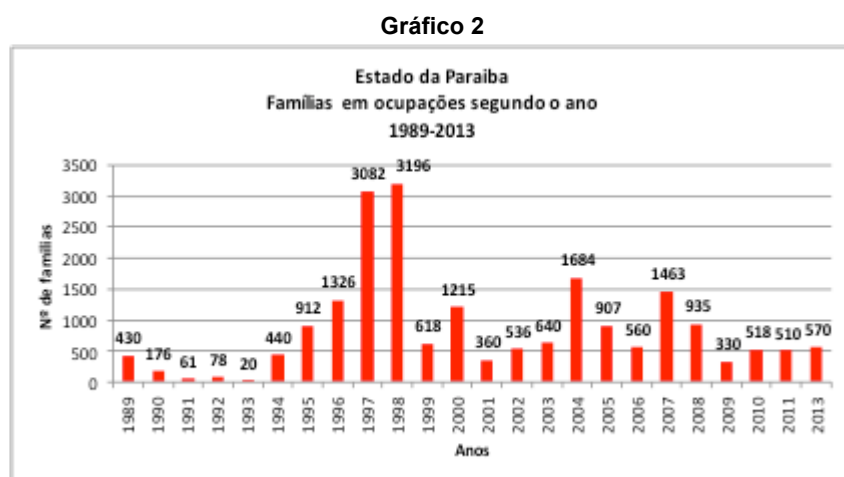


Fonte: Relatório Dataluta – PB, 2014.

O número de famílias em ocupação cresceu bem mais que o das ocupações (250,4%) no mesmo período passando de 912 em 1995 para 3.196 famílias em 1998 (Gráfico 2). Esse crescimento das famílias em ocupação já se iniciara com bastante vigor um ano antes. De fato, em 1993 (ano caracterizado por uma Disponível em www.fct.unesp.br/nera

forte seca que chegou a alcançar a Zona da Mata, região mais chuvosa do estado), apenas 20 famílias participaram da luta de ocupação de terras. No ano seguinte, em 1994, talvez até mesmo em decorrência do agravamento das condições de pobreza provocado pela seca, o número de famílias em ocupação passou para 440 (Gráfico 2).

O segundo mandato de FHC (1999-2002) foi marcado pela criminalização dos movimentos socioterritoriais e pela repressão aos trabalhadores sem terra. Além disso, o Governo modificou em 2001 a medida provisória 2.027, editada em 2000, determinando a proibição por parte do INCRA, da realização de vistoria, por dois anos, em terras ocupadas[1]. A conjugação desses fatos pode explicar a queda no número de ocupações e de famílias em ocupações na Paraíba neste período (Gráficos 1 e 2).



Fonte: Relatório Dataluta – PB, 2014.

Entre 2004 a 2008 observa-se uma retomada, mesmo que mais modesta do que a observada no primeiro governo de FHC, do número de ocupações (61 no período envolvendo 5.529 famílias) (Gráficos 1 e 2). Credita-se tal aumento à esperança de que o Governo Lula assumisse um maior compromisso com a reforma agrária.

A partir de 2009 assiste-se ao arrefecimento do número de ocupações e de famílias nelas envolvidas. A redução verificada não pode ser atribuída apenas à Medida Provisória 2.183-56/2001, outros fatores também contribuíram tais como: a) a retração da ação dos movimentos socioterritoriais; b) o alinhamento de alguns dos movimentos ao poder estadual; c) a melhoria da condição de vida de parcela da população decorrente da transferência de renda do Governo através de políticas públicas que pode ter desestimulado a participação na luta por terra; d) o aumento da violência no campo (assaltos, roubo de animais, assassinatos), desencorajando muitos trabalhadores a participar da luta; e) a ausência de uma política de reforma agrária comprometida com a transformação social e política do campo, capaz de motivar trabalhadores e trabalhadoras a se organizar com a mesma força já vista em outros momentos; f) o forte crescimento do mercado de trabalho, sobretudo no setor de serviços e na construção civil, que propiciou um crescimento significativo do emprego formal absorvendo um importante número de trabalhadores desempregados das periferias urbanas e até mesmo do campo.

Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o saldo de empregos gerados no mês de fevereiro de 2014, em João Pessoa, capital do estado, de 2.269 empregos, superou em 63,83% a média de todo o estado da Paraíba (que foi de 1.385 empregos gerados). Essa criação de postos de trabalho observada representou um aumento de 1,30% sobre o número total de trabalhadores registrados até janeiro deste ano, 3,7 vezes mais que a média estadual de 0,35%. Destaca-se o setor de serviços, que gerou 1.490 postos de trabalho, o setor da construção civil, com 352 e o setor comercial com 350 como os principais geradores de emprego na capital. Esse fato se reproduz nos maiores centros urbanos do Agreste e do Sertão, impactando, sem dúvida de forma positiva sobre o desemprego e com rebatimento sobre a organização dos trabalhadores na luta por terra (PMJP, 2014).

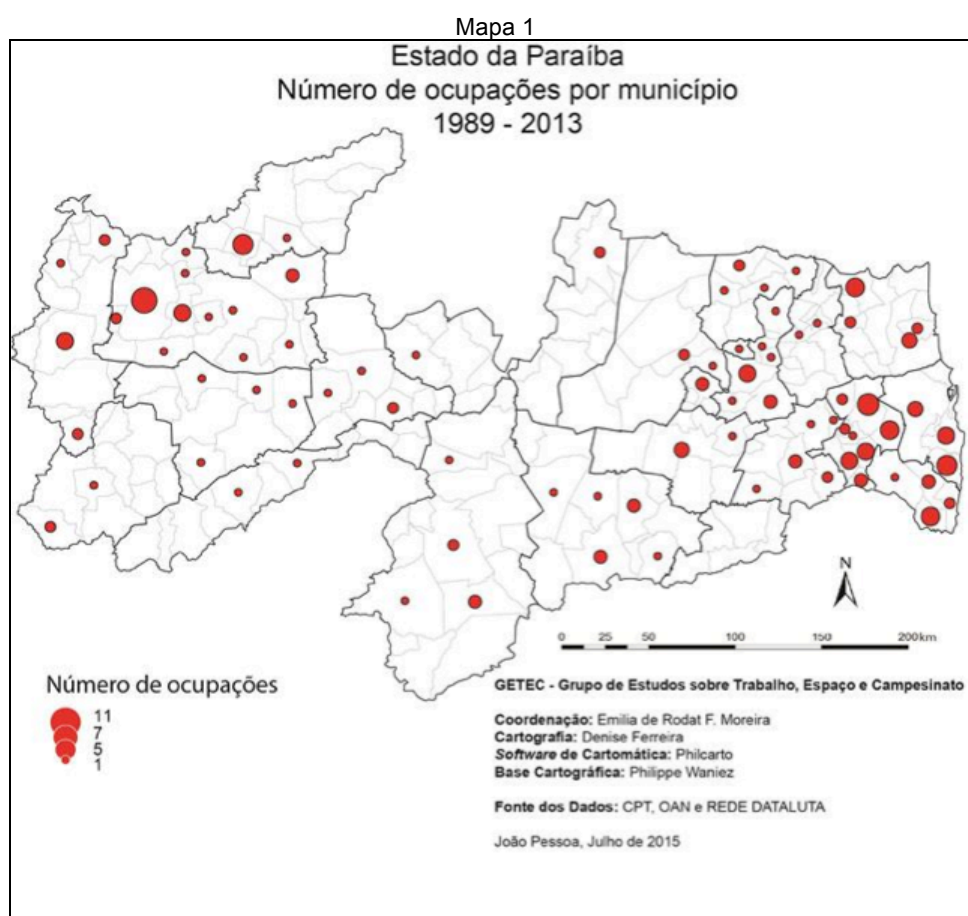
É importante chamar a atenção para o fato de que no ano de 2013 ocorreram apenas 5 ocupações na Paraíba, contudo o número de famílias envolvidas (2.107) foi muito alto quando comparado aos anos anteriores. Entrevista realizada com membros do MST e a participação numa manifestação em um dos acampamentos do Movimento nos fizeram perceber que a nova estratégia de luta é a de realização de um número menor de ocupações, porém com mais famílias. Sabe-se que um acampamento com poucas famílias está mais vulnerável à repressão e à violência dos prepostos dos proprietários e da polícia. Isto não quer dizer que os grandes acampamentos estão livres de repressão, porém eles, de alguma forma, se tornam mais fortes e ganham mais visibilidade.

No que se refere à distribuição espacial das ocupações, constatamos no período estudado a ocorrência de 84 ocupações na Mesorregião da Mata Paraibana (41,2% do total das ocupações ocorridas no período), envolvendo 11.334 famílias (50% do total das famílias em ocupação no estado). No Sertão Paraibano ocorreram 61 ocupações (29,9% do total) envolvendo 6.246 famílias (27% do total). Na Mesorregião do Agreste Paraibano ocorreram 39 ocupações (19,6% do total) com 4.038 famílias (17,7% do total). E por fim, na Mesorregião da Borborema ocorreram 19 ocupações (9,3% do total) com 1.156 famílias envolvidas (5,1% do total).

Confirma-se a importância histórica da Zona da Mata como palco das lutas camponesas no estado da Paraíba. Outro aspecto que sobressai da análise dos dados é o crescimento da importância da luta camponesa no Sertão, região semiárida por excelência e cujo espaço agrário esteve, durante muito tempo, caracterizado pela utilização maciça de formas e relações de trabalho não tipicamente capitalistas como o arrendamento e a parceria. É necessário destacar que o desmantelamento da atividade algodoeira promovido pela praga do bicudo a partir de 1985 culminou com a destruição do sistema agrícola secular que deu sustentação às tradicionais relações de trabalho sertanejas: o sistema gado-algodão-policultura alimentar. Sem o algodão, o arrendamento e a parceria retraem-se fortemente destruindo o único elo que ainda ligava o camponês à terra. A partir de então, só tem se apresentado duas saídas para sua reprodução: migrar para executar trabalhos sazonais nas lavouras da cana ou da laranja (no Sudeste) e na produção de uva e de manga (no Vale do São Francisco) ou organizar-se em torno da CPT Sertão ou do MST para lutar por um pedaço de chão.

As microrregiões com maior número de ocupações são Sapé, localizada na Zona da Mata, e Sousa no Alto Sertão (Mapa 1). A microrregião de Umbuzeiro, no Agreste meridional, não registrou nenhuma ocupação no período de estudo.

A microrregião de Sapé destaca-se pela importância histórica por ela assumida como palco das Ligas Camponesas, e, na atualidade, por concentrar nos assentamentos existentes, experiências singulares de produção e organização social e, contraditoriamente, a expansão da produção de cana e abacaxi nos lotes de assentados, numa clara demonstração da monopolização do capital sobre a agricultura reformada. A microrregião de Sousa tem sido palco de intensos conflitos por terra e água que deram origem a assentamentos em perímetros irrigados e ao longo de canais utilizados por empresas rurais e proprietários de terra para a irrigação. Quanto aos municípios destacam-se justamente aqueles que se situam nas microrregiões citadas (Mapa 1).



Das 204 ocupações identificadas no período estudado, 89 não têm indicação sobre o movimento socioterritorial que lhes assistiu; 75 foram assistidas pelo MST e envolveram 9.802 famílias e 24 foram assistidas pela CPT[2], envolvendo 2.171 famílias. Das ocupações realizadas pelo MST 32,0% concentraram-se no Sertão Paraibano, 24% no Agreste e 22% na mesorregião da Mata Paraibana (Quadro 1). No que tange à CPT, o peso das ocupações por ela assistidas foi ainda maior no Sertão do que o observado no caso do MST (45,8% do total), seguindo na mesma ordem de importância a Borborema e a

Mata Paraibana. Os demais movimentos concentraram sua participação na mesorregião da Mata Paraibana (Quadro 1). Vale salientar a importante presença da CPT no semiárido paraibano, notadamente no Sertão do Rio do Peixe e na mesorregião da Borborema.

Quadro 1 - Estado da Paraíba - Nº de ocupações por movimento socioterritorial, segundo as Mesorregiões - 1989-2013

Movimento Socioterritorial	Mata	%	Agreste	%	Borborema	%	Sertão	%	Total
MST	22	29,3	18	24,0	11	14,7	24	32,0	75
CPT	6	25,0	1	4,2	6	25,0	11	45,8	24
INDÍGENA	8	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	8
CONTAG	2	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2
MTL	2	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2
CUT	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1
MAB	0	0,0	1	100,0	0	0,0	0	0,0	1
MST/CONTAG	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1
VIA CAMPESINA	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1
NI	41	46,1	20	22,5	2	2,2	26	29,2	89
TOTAL	84	41,2	40	19,6	19	9,3	61	29,9	204

Fonte: Relatório Dataluta-PB, 2014

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ocupações de terra, forma dominante de luta pela terra na contemporaneidade no Brasil e no estado da Paraíba, tem se modificado ao longo do tempo seja em decorrência dos entraves da legislação, seja por necessidade dos movimentos sociais para dar visibilidade à luta. Paralelamente tem-se observado que a criação de assentamentos não tem correspondido ao número de ocupações realizadas, o que mostra de um lado, o poder do Estado e da classe patronal, aliados à justiça e à polícia, para desmobilizar a luta dos trabalhadores deixando-os em acampamentos por longos anos e, de outro, o redirecionamento das políticas públicas para programas e políticas de combate à miséria e a fome e de apoio ao fortalecimento da agricultura camponesa em detrimento de uma política agrária mais maciça.

Pode-se ainda acrescentar com base no exposto que a questão agrária e a luta por reforma agrária no estado da Paraíba não são questões resolvidas uma vez que nem o monopólio da terra foi quebrado nem houve uma redução da pobreza urbana de modo a garantir uma vida digna na cidade. Nesse sentido, as ocupações de terra continuarão sendo um instrumento eficaz de luta camponesa pelo direito de acesso à terra e à água, enfim pelo direito à reprodução da vida em “territórios de esperança”.

REFERÊNCIAS

CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2011**. Org. CANUTO, Antônio; SILVA LUZ, Cássia Regina da; WICHINIESKI, Isolete. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2012.

CALDART, Roseli. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. São Paulo: **Estudos Avançados** vol.15 nº.43, Sept./Dec. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300016.

DATALUTA – NACIONAL. **Banco de dados agregados sobre ocupações de terra, 1989- 2013**. Presidente Prudente: NERA, 2014.

DATALUTA. **Relatório 2014 - PB**. João Pessoa: GETEC/UFPB.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni. **Conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário**. 1ª ed. – São Paulo: Outras expressões, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: Movimento dos trabalhadores rurais sem terra: formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A ocupação como forma de acesso à terra. In: **Vozes Sem Terra**, novembro de 2012. Site hospedado pela Escola de Línguas Modernas Universidade de Nottingham, Grã-Bretanha. Disponível em: www.landless-voices.org

FERNANDES, Bernardo Mançano; STEDILE, João Pedro. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 2ª ed. - São Paulo: Expressão popular, 2012.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes. Da Zona da Mata ao Sertão: a luta pela terra e a construção de território(s) de esperança no estado da Paraíba. João Pessoa: **Projeto de Pesquisa**, DGEOC/PPGG/CNPq, 2011.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes. A Geografia e a visibilidade dos sujeitos: o protagonismo da Igreja católica e a memória da luta pela terra na Paraíba. João Pessoa: **Projeto de Pesquisa**, DGEOC/PPGG/CNPq, 2014.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes. **Luta de Ocupação e de Resistência Camponesa na Paraíba**. Palestra realizada junto ao GETEC/UFPB, em abril de 2013.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes, TARGINO, Ivan. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 1997.

[1] A Medida Provisória 2.183-56/2001 criada pelo governo FHC, (que utilizando o jargão "terra ocupada não pode ser desapropriada") objetivou reduzir o número de ocupações proibindo durante dois anos a vistoria dos imóveis ocupados. Ela teve maior impacto na Paraíba nos três primeiros anos em vigor. Na verdade, até 1989 predominou no estado a luta camponesa de resistência. Só a partir da década de 1990, com a chegada do MST, é que a estratégia de ocupação de terras passou a ser adotada.

[2] A CPT na Paraíba é tida por muitos estudiosos como um movimento socioterritorial pela forma com atua ao longo do tempo. Todavia essa entidade não aceita se ver como tal e sim como uma pastoral cristã.